
A DEMOCRACIA E A MEMÓRIA DISCURSIVA EM EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO: UMA QUESTÃO DE ANTECIPAÇÃO

Safira Ravenne da Cunha Rêgo (UFPI)
saffirao1@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a compreensão da memória discursiva que o sujeito brasileiro possui acerca da noção de democracia, utilizando como arquivo recortes dos textos publicados pelo Jornal *O Globo* sobre as revoluções da Ditadura, em 1964, e as ocorridas, hoje, no Brasil, em face da insatisfação dos brasileiros com relação às tarifas do transporte público e à realização da Copa do Mundo, enfatizando-se, para tanto, do poder da argumentação. Trata-se de uma associação da Análise do Discurso, em sua perspectiva francesa, com a História e as intenções discursivas presentes em importantes momentos do país, em se tratando de língua, sujeito e História e o poder da argumentação para a compreensão da realidade. De acordo com os conceitos de “Memória Discursiva”, “ilusão política” e “circulações discursivas” propostos por Pêcheux e difundidos por Orlandi; de “textualização do político” em Courtine (1982); de Análise Argumentativa do Discurso proposta por Aristóteles e, posteriormente, por Amossy (2006) e a Argumentação na Análise do Discurso sob a acepção de Orlandi, pretende-se trabalhar o poder de fixação de valores e assujeitamento que as organizações Globo exercem sobre a mente dos leitores e telespectadores, o que corresponde à formação da sua subjetividade, baseada em discursos já ditos.

Palavras-chave: Memória Discursiva. Democracia. Argumentação. Assujeitamento. Compreensão.

1 Introdução

É relevante a importância da Análise do Discurso no tocante à definição das posições dos sujeitos e de suas ideologias, bem como o uso da antecipação para atingir esses fins. E, nesse âmbito, é oportuno se fazer um intercâmbio com aquilo que já foi dito, para que se convença e se produza sujeitos, com mais prioridade.

Sabe-se que o uso da argumentação incide no fato de tentativa de convencimento de um auditório, e que os meios utilizados para isso são os mais diversos, no compromisso com a persuasão e a verdade. Para essa realização, entretanto, é relevante se abordar determinados pontos relacionados à Análise do Discurso.

Argumentar é uma tarefa contínua, presente em todas as situações diárias, indispensável ao exercício da formação e propagação de valores, e isso se torna ainda mais notável ao se trabalhar com o campo político, e a associação desses valores com a própria ideologia, e com a noção de antecipação, para Pêcheux, propiciada pelo bom uso da

linguagem. Courtine (1982) fala que a Análise do Discurso trabalha com a textualização do político.

Nesse sentido, convém compreender a postura do Jornal Globo, ao praticar um ideal de apoio e aceitação em face da “revolta” do período ditatorial, e hoje, uma postura de recusa às manifestações populares, consideradas violentas e sem ordem. Chamavam o golpe de revolução, haja vista que, para eles, era essa a única maneira de manter uma democracia, no Brasil; e, hoje, tacham como injustificados os diversos atos de vandalismo e violência praticados principalmente por jovens brasileiros, grupos que devem ser contidos e punidos.

2 Referencial Teórico

Argumentar é um fato de linguagem presente em estudos desde a Antiguidade. Ela encontra sustentação na retórica que, para Aristóteles, seria a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de convencer. Uma instituição, ou organização, pode, perfeitamente, conquistar as mentalidades de um público se utilizando, para isso, de estratégias argumentativas.

É preciso, inobstante, mostrar os fatos discursivos e estar atento ao público ao qual se destina, usando, para isso, de estratégias que visem fazer com que o ouvinte-leitor-receptor se identifique. Este, não necessariamente passa a aceitar os dados como fatos, como verdade absoluta, mas se torna capaz de atentar às intenções discursivas em meio a um contexto definido, o que vai além da mera decodificação textual.

Assim, Perelman (1977), apesar de reconhecer a relevante necessidade de se dirigir ao público e de se adaptar a ele, não postula com primazia o poder da verdade na argumentação, visto que, segundo a autora, o objetivo da argumentação, não é, como na demonstração, provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas é o de transferir para a conclusão a adesão acordada pelo seu auditório às premissas. Da mesma forma, Pêcheux, ao tratar das “circulações discursivas”, entende uma compreensão dos discursos baseadas em outros, em uma “materialidade específica”.

Ao leitor do Jornal *O Globo*, membro de um grupo universal, dirigem-se argumentos e conclusões, correspondentes a essa própria estratégia argumentativa do orador, em que se

pretende uma certa imparcialidade, racionalidade, mas que contraditoriamente, marca a subjetividade e as ideologias da empresa.

Essa acepção argumentativa é, pois, adotada por Pêcheux sob o ponto de vista do funcionamento das formações imaginárias do sujeito. Nesse sentido, Orlandi (1995) ressalta que “argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos tal como acabamos de enunciar”.

Havendo uma ligação entre as Ciências Sociais e a ideologia fundada e disseminada em diferentes contextos em que se inserem os sujeitos, é possibilitada a produção dos discursos e sua correlata análise, considerando-se, logo, as esferas detentoras do poder e os processos argumentativos utilizados. Pêcheux (1975) apud Orlandi (2007) entende que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, sendo estes elementos, portanto, decisórios para a produção de sentidos.

A produção de sentidos, por sua vez, não se efetiva através de uma troca linear de mensagem de um locutor para um receptor, mas segundo Orlandi (2007), em “um processo de constituição do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc.” Pêcheux (1969) entende que o discurso mais do que transmissão de informação, é efeito de sentidos entre locutores, não existindo requisitos e exigências clássicas para que se construa e se transmita uma mensagem, uma informação, e se efetive o discurso.

3 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e analítica que procura encontrar, nos recortes do jornal, estratégias discursivas para a formação do conceito de democracia, pelo sujeito brasileiro.

Utilizando-se de leitura, análise, compreensão e interpretação, pretende-se recorrer à História e a acontecimentos da atualidade, para a formação desses conceitos.

4 Análise dos Dados

Ao se trabalhar a História e a Memória Discursiva, estabelece-se a formação do estabelecimento de posições-sujeito. Falar de produção de discursos é ainda mais interessante, uma vez que o sócio-histórico necessita ser considerado, interligando, assim, história e sociedade. Nesse sentido,

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade.” (Orlandi, 2007, p. 16)

Inobstante, para o questionamento da memória discursiva de um determinado componente social, é necessário considerar uma formação discursiva, uma vez que o enunciado se inscreve na história, aponta para uma posição-sujeito, e se relaciona com outros enunciados que o antecedem e o sucedem. A produção de um discurso, que revele uma determinada postura ou posição em face desse momento histórico ou político ou social, parte das condições de produção e salienta a ideologia como força decisória.

O reflexo daquilo que já foi dito, já foi construído, constitui a “memória discursiva”, termo de Pêcheux in Orlandi (2007), como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído.” Se a História não se constituísse daquilo que já foi dito, mesmo ideias falhas ou duvidosas, provavelmente não haveria tantas posições e tantas possibilidades de interpretação e análise, principalmente em se tratando de temas tão discutíveis e atuais, como é o caso da democracia.

As posições e os conceitos formados a respeito de manifestações ou movimentos em defesa de certos ideais têm estrita relação com o que já foi dito a respeito disso, com o contexto já construído; portanto, com a *memória discursiva*. Lopes (2009), afirma que os sentidos se dão a partir da inscrição dos discursos na língua e na história. O discurso só significa dentro de uma dada *formação discursiva* historicamente constituída. Assim, podemos dizer que a incompletude é condição da linguagem. Os sujeitos, os sentidos e os discursos nunca estão acabados.

Pêcheux apud Orlandi (2005), trata da “circulação discursiva” como uma sucessão de acontecimentos e produção de discursos baseadas em outros discursos e inseridos em

diversos' contextos, e o sujeito como "um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma 'posição'.

Um acontecimento, enquanto determinante e significativo aos rumos de um povo, só pode ser analisado levando-se em consideração os efeitos que ele provoca na sociedade e os pontos de vista assumidos pelas diversas camadas ao seu respeito, é nesse sentido que se constitui a importância da argumentação para produzir efeitos de sentido; e, nessa produção, é relevante o estudo da memória como fixação de valores e formação de posições-sujeito.

Em sua edição de 07 de outubro de 1984, em artigo de opinião de Roberto Marinho, intitulada "Julgamento da Revolução", *O Globo* apoia a ditadura, a qual chama de "revolução", utilizando-se do argumento de agir em defesa da democracia: "*O Globo*, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia e progresso econômico e social do País".

Percebe-se, logo, uma memória discursiva pertinente a um modelo de democracia, que se relaciona a revoltas, inculcadas na mente dos brasileiros como se certos objetivos se alcançassem, prioritariamente, com base na coerção, na luta; no entanto, o objetivo, aqui, é a ordem.

Conforme Pêcheux (2002) apud Lopes (2009), um *acontecimento* convoca um espaço da *memória* e o reorganiza. Assim, o contexto de democracia suscita questões pertinentes à guerra e à mobilização social, uma vez que a produção de sentidos geradas por esse conceito encaminha a esse ideário.

Michel Foucault, em seu *A ordem do discurso*, apud Fernandes (2013), afirma que "o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta". No caso, esse acontecimento é a própria história, os pontos ligados a ela e por ela formados dentro das práticas discursivas e logo propensos ao questionamento da memória. Esta, para Pêcheux (1983) está no fato de que "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro (...) se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro".

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO

ANO LX - Rio de Janeiro, Domingo, 7 de outubro de 1984 - nº 18.596

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

Julgamento da Revolução

ROBERTO MARINHO

PARTICIPAMOS da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente.

TEMOS permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitante em várias oportunidades com aqueles que pretendiam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "Por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários.

O GLOBO, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugando por uma autêntica democracia e progresso econômico e social do País. Em 1964 teria de unir-se aos companheiros de jornadas anteriores, aos "tenentes e bacharéis" que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, os quais congregavam sob pressão das grandes marchas populares mudando o curso da nossa história.

ACOMPANHAMOS esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação da economia que se encerrou em 1967. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional cresceu a taxa média anual de 10%, assinala-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decrescera de 96% para 12,6% ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares.

NA ERA do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juros, impondo-nos uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjugação de fatores que violentaram a administração de nossas contas externas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exarcebada do processo inflacionário.

NAS RESPOSTAS que a sociedade e o governo brasileiro deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar de todas as dificuldades, reduzir de 80% para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos de 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões e 500 mil para 45 milhões e 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

VOLVENDO os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, a renda média per capita de 2.500 dólares.

* * *

O PRESIDENTE Castello Branco, em seu discurso de posse, anunciou que a revolução visava "a arrancação para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e política". Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se o objetivo supremo da preservação dos princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito. Em 24 de junho de 1978, o Presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o Decreto-Lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do habeas-corpus. Cessava a competência do Presidente para decretar o fechamento do Congresso e a Intervenção nos Estados, fora das determinações constitucionais.

PERDIA o Executivo as atribuições de suspender direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários civis e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.I. e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões o que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam.

ENQUANTO vários líderes opositores pretendiam considerar aquelas medidas fundamentais como "meros paliativos". O então Deputado Tancredo Neves, Líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental "foi além do esperado".

AO ASSUMIR o Governo, o Presidente Figueredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização. A concessão da anistia ampla e irrestrita. As eleições diretas para os Governos dos Estados, a posse dos eleitos, a colaboração federal com os novos Governos opositores na defesa dos interesses maiores da coletividade são demonstrações de que o Presidente não falou em vão.

NÃO HÁ memória que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção anistando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da revolução de 1964.

* * *

NESTE momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O CAMINHO para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios acéticos, nem o afastamento do povo.

ADOTAR outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução ou seu ato final.

Nesse sentido, ao se utilizar do conceito de "democracia", na edição de 1984, *O Globo* intenta evidenciar a necessidade de preservar o patrimônio, de torná-lo livre dos propósitos de destruição e retrocesso, além de conferir demasiada importância à participação do povo no destino de um país, bem como realça que é esse o único meio para que haja, de fato, evolução.

Ao partir do pressuposto de que a mídia se responsabiliza pela formação de subjetividade e construção de verdades, verifica-se uma posição argumentativa adotada pelo Jornal *O Globo* no tocante ao posicionamento de sujeitos e ao conseqüente assujeitamento.

Na Análise do Discurso, ele é um “sujeito social”, conforme Pêcheux (1993, p. 82), que não o concebe empiricamente, mas como um lugar determinado na estrutura de uma formação social. Nessa linha argumentativa, não funcionam na situação de interlocução “os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso”.

A questão da ditadura no Brasil provocou o surgimento de várias questões relacionadas à censura e à liberdade de imprensa, o que levou, inclusive, a composições de diversos discursos, como músicas e poemas, carregados de mensagens tácitas revelando a insatisfação dos brasileiros.

Esse descontentamento é, logo, propagado e difundido até hoje como um aspecto negativo e repressor. Pode-se falar, assim, na construção de uma identidade dos sujeitos relacionada com a sua memória discursiva; nesse caso, concretizada em práticas sociais diretamente associadas à ação, à resistência popular. O Jornal *O Globo*, de 07/10/1984, mantém a posição dos revolucionários como algo sagrado, em defesa da preservação da ordem, da democracia e do progresso do país.

Já, em edição de 05/05/2014, em editorial denominado “Cresce a violência nascida da intolerância”, *O Globo* se manifesta sobre a eclosão das diversas manifestações populares por reivindicação à tarifa aos transportes públicos e à Copa do Mundo, no Brasil, enunciando a partir de uma formação discursiva contrária aos atos de violência, considerados como injustificáveis e causadores de diversos males. “O modelo é o de sempre: ocupação, resistência e passeatas, com desfecho violento — depredações, barricadas erguidas com rapidez e logo incendiadas, para dificultar o avanço dos batalhões de choque”...

Qui – 22 de maio de 2014-05-22

Geral

Cresce a violência nascida da intolerância (Editorial)

Enviado por Ricardo Noblat -

7.5.2014

12h01m

O Globo

Falar em violência no Brasil, nos últimos 30 anos, chega a ser redundância. Há, é certo, políticas públicas que, em algumas regiões metropolitanas, como as de Rio e São Paulo, conseguiram reduzir bastante a taxa de

homicídios, termômetro usual para mensurar-se o nível de segurança pública. Mas há um outro tipo de violência em ascensão, algo diferente, tão ou até mais grave, a qual esses indicadores clássicos não conseguem captar na sua totalidade.

O noticiário tem trazido uma mistura indigesta de atos de pura selvageria em linchamentos espalhados pelo país. Destacou o caso não menos bárbaro do torcedor assassinado ao ser atingido por um vaso sanitário jogado de cima do estádio do Arruda, em Recife, e tem acompanhado a sucessão sem-fim de embates violentos nas ruas de grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio.

Tudo junto compõe o clima de mau humor e exasperação que toma conta do país. Parece haver no ar uma eletricidade capaz de produzir faíscas a partir de qualquer situação banal. Rixa no trânsito, fila no banco, e assim por diante.

Pode-se fixar em junho do ano passado, na explosão de manifestações de ruas, inicialmente espontâneas, o marco zero do atual processo de degradação da convivência social. Mais precisamente quando aquelas manifestações foram sufocadas pelo oportunismo de grupos radicais, aproveitando-se daquela mobilização contra precariedades na infraestrutura e nos serviços públicos, para estabelecer um padrão de atos cada vez mais violentos, com depredações de bens públicos, privados e agressões. Entre os alvos, policiais e imprensa profissional. A intolerância também ganhou as ruas.

O ápice da escalada foi o assassinato do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, em fevereiro, na Central do Brasil, pelo disparo criminoso de um rojão por Fábio Raposo e Caio Barbosa, dois integrantes dos grupos de vândalos que atuam nesses ataques. A devida reação das instituições de Estado, Polícia e Justiça fez arrefecer a ação de black blocs e aparentados. Mas eles estão de volta.

O motivo inicial foi a tarifa dos transportes públicos. Logo, a Copa entrou na agenda dessas organizações e, nas últimas semanas, em São Paulo e Rio, cresce nesta agenda a questão da moradia, com a atuação orquestrada, nas duas cidades, de invasores de imóveis e terrenos.

O modelo é o de sempre: ocupação, resistência e passeatas, com desfecho violento — depredações, barricadas erguidas com rapidez e logo incendiadas, para dificultar o avanço dos batalhões de choque. Qualquer grupo de poucas dezenas de pessoas tem conseguido paralisar áreas vitais de São Paulo e Rio.

O Código Penal e a própria Constituição, no sentido mais amplo, têm sido revogados na prática, diante de um poder público inerte. Ou quase. É correto o cuidado das autoridades em não produzir um cadáver que possa ser manipulado a fim de turbinar os protestos. Mas a paralisia catatônica também não é a melhor postura.

Está evidente que há algo em curso, planejado, na linha da radicalização e da intolerância anárquicas. Até mesmo o atual momento de tensão em algumas favelas cariocas, em que o tráfico tenta retomar espaços perdidos para UPPs, tem sido aproveitado para se espalhar a violência em bairros da cidade, numa aliança espúria, tácita ou não, com criminosos.

Militantes desses movimentos chegam a perseguir pessoas em locais públicos, no estilo dos grupos nazifascistas nas décadas de 30 e 40, na Alemanha, na Itália e na Áustria. Há dias, o próprio ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, conhecido pelo trânsito fácil com organizações sociais, foi afrontado por um desses militantes, no Rio.

A questão vai, portanto, além de divergências partidárias —, embora se saiba que esquemas políticos têm aproveitado a radicalização com objetivos eleitorais. Esta infiltração é detectada há algum tempo no Rio de Janeiro.

Diante desse quadro de desordem social, há uma anulação dos princípios que regem a ordem no Brasil, bem como uma necessidade de mobilização dos órgãos públicos para contê-lo. “O Código Penal e a própria Constituição, no sentido mais amplo, têm sido revogados na prática, diante de um poder público inerte. Ou quase. É correto o cuidado das autoridades em não produzir um cadáver que possa ser manipulado a fim de turbinar os protestos. Mas a paralisia catatônica também não é a melhor postura.”

É oportuno salientar que a violência no Brasil, hoje, para O Globo, vai além de questões partidárias; ao mesmo tempo, é comparada a grupos nazifascistas nas décadas de 30 e 40, na Alemanha, na Itália e na Áustria, dado o caráter de “radicalização e intolerância anárquicas” que conduzem ao retrocesso e ao atraso.

Ademais, é perceptível uma vulgarização dos atos de violência que, de tão comuns, passam a fazer parte da vida dos brasileiros em situações corriqueiras: “Tudo junto compõe o clima de mau humor e exasperação que toma conta do país. Parece haver no ar uma eletricidade capaz de produzir faíscas a partir de qualquer situação banal. Rixa no trânsito, fila no banco, e assim por diante.”

Não se menciona, em nenhum momento, a força do povo e do governo brasileiros, nem tampouco o seu papel no desenvolvimento da nação, como fora feito no editorial anterior. Pelo contrário, insegurança pública, insatisfação, ataques, divergências, formação de “organizações semiclandestinas radicais”, “selvageria”, “incivilidade”, dentre outros, são efeitos dessa guerra moderna.

5 Resultados Obtidos

A memória discursiva de democracia outrora fundada com base na ordem, agora se manifesta como inflexibilidade e anarquia. Trata-se de “materialidades textuais” diferentes, conforme Pêcheux, uma vez que os sentidos produzidos se afastam. A posição do Jornal, hoje, é de tentar convencer o público a construir uma identidade de recusa aos movimentos que crescem a cada dia no país. Utiliza-se, para isso, do poder da antecipação, embora não se

convenha falar, aqui, apenas em argumentação conforme afirma Koch (2002) em sua obra *Argumentação e Linguagem*:

A linguagem passa a ser encarada como forma de ação sobre o mundo, é dotada de intencionalidade e veicula ideologia. Dessa forma, inverte-se a noção de que a função comunicativa é a mais importante função da linguagem. O ato de argumentar torna-se, assim, o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma intenção – avaliar, julgar, criticar, etc. (Koch, 2002, p 17-19).

Em vista disso, o poder da linguagem no que se refere à antecipação se sobrepõe à função apenas de transmitir uma informação, o que se evidencia é o entendimento de fatos discursivos presentes em textos, materialidades discursivas, do conhecimento prévio dos sujeitos, o que só se possibilita através da ação, da marcação de ideologias e da própria busca da compreensão.

6 Considerações Finais

O Jornal o Globo, averso aos anseios populares, adota estratégias discursivas pertinentes no sentido de ganhar aceitação do público, convencer. Considerar a antecipação sob o prisma da Análise do Discurso é refletir sobre os sujeitos, o político, a ideologia, a História, uma vez que não se pode entender os acontecimentos e fatos discursivos sem um olhar político, sem uma compreensão do discurso além da materialidade do texto, sem uma investigação sobre a corporalidade do sentido. Eis porque vê-la como antecipação.

É imprescindível evidenciar o papel do analista do discurso no sentido de argumentar dentro do processo sócio-histórico, uma vez que a argumentação, como fato discursivo, só é possível graças aos sentidos e aos sujeitos eu os produzem. Os argumentos, em si, têm relação direta com aquilo que já foi dito. É, pois, a antecipação, em que se trata de ir além do estabelecido, do visível, do limitado. Deve-se, pois, afirmar (e reafirmar) posições, produzir efeitos de sentidos diversos e construir sujeitos, para a própria compreensão da realidade e dos fenômenos em que nela estão inseridos.

Referências

COURTINE, J.J. **Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse de discours**. *Langages*, Paris: Larousse, 1982 in Orlandi, Eni. *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso*. Campinas, 2005.

GADET, F. e Hak, T. **Por uma análise automática do discurso – introdução ao pensamento de M. Pêcheux**. Campinas. Editora da Unicamp, 1990.

Investigações linguísticas interinstitucionais: léxico, texto e discurso: EDUFPI, 2013. 184 p. *Jornal O Globo*. **Julgamento da revolução**. Editorial publicado em 07.10.1984. Disponível em www.jornaloglobo.com.br.

Jornal O Globo. **Cresce a violência nascida da intolerância**. Editorial publicado em 22.05.2014. Disponível em www.jornaloglobo.com.br.

LOPES, Maraísa. **Folha de S. Paulo: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque**. Campinas, SP : [s.n.], 2009.

MARQUES, Welisson; CONTI, Maria Aparecida e FERNANDES, Cleudemar. **Michel Foucault e o Discurso: aportes teóricos e metodológicos**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 7ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Introdução às Ciências da Linguagem - Discurso e Textualidade**. Pontes Editores, 2006: Campinas, SP.

_____. *Estudos da linguagem. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*. Disponível em <http://www.cpelin.org/estudosdalinguagem/n1jun2005/artigos/orlandi.pdf>.

_____. **Discurso e Argumentação: um observatório do político**. Universidade de Campinas, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original, 1983.

_____. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi* – Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. Traduzido por Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1993.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Retórica e argumentação. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Susi & ORLANDI, Eni P. (orgs). *Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade.* , 2 ed . Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p 177-210.